

A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PARANÁ 1990-2004*

Zeno Soares Crocetti
UNIBEM – crocetti@uol.com.br

Introdução

A presença da coroa portuguesa no território colonial americano começou a se efetivar pelo estabelecimento do sistema de capitânicas hereditárias e de doações de sesmarias, tipicamente feudal. (...) Paralelamente, no planalto paulista desenvolveu-se também uma economia natural, mas com destaque à criação de bovinos, usando os campos naturais, à base de sesmarias de grandes dimensões, que se expandiu também para o sul, por estímulos da coroa portuguesa: Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa, Curitibaanos, Lajes, Vacaria, Cruz Alta e São Borja, já nos Pampas gaúchos. (Mamigonian: 2000, p. 5-6)

O Paraná vai montando seu parque industrial, aos poucos, e em pouco tempo o perfil do Estado pode ser outro. Cerca de 24 bilhões de dólares foram investidos entre 1995 e 2000, e nos próximos anos existem promessas de mais investimentos.

Para atrair esses investimentos o Paraná se valeu de sua posição estratégica em relação aos países do MERCOSUL, sua infraestrutura (rodovias, ferrovias, porto próximo à capital, aeroporto internacional, telefonia, energia), disponibilidade de mão de obra e qualidade de vida.

Mais o principal motivo que esta atraindo investimentos ao Paraná foram às isenções fiscais, linhas de crédito subsidiadas e infraestrutura privilegiada (com terraplanagem, construção de estradas de acesso, fornecimento de linhões de transmissão de energia, rede d'água, esgotos – pluviais, industriais e sanitários – e as linhas telefônicas), claro que tudo isso aliado a isenção e dilações de impostos municipais e estaduais, como IPTU e ICM. Aqui temos um bom exemplo de como o capital estrangeiro encontra no Brasil uma legislação privilegiada que não coloca restrições e nem regulações, só favorecimento a sua entrada, e não dispõem e nem prevê compensação ao capital nacional aqui instalado.

* Relatório parcial de pesquisa, sob orientação do professor Armen Mamigonian, no programa de pós-graduação da UFSC na área de Desenvolvimento Regional e Urbano. Apresentado e publicado nos anais do VI CBG, Goiânia, edição da AGB, 2004.

Dois grupos de indústrias vieram para o Estado. No primeiro grupo estão as montadoras de veículos e, como consequência, as fábricas de autopeças, que estão se estabelecendo nos municípios próximos à capital. No segundo grupo estão as indústrias que garantem a diversificação da produção e se espalharam por várias regiões do Estado, como as fábricas de laticínios, congelados, bebidas, papéis, madeira, refrigerantes, sucos, café, tecidos, embalagens etc.

Breve Diagnóstico

O governo do Jaime Lerner (1995-2002) montou seu parque industrial, aos poucos, e em pouco tempo o perfil do Estado mudou. Cerca de 24 bilhões de dólares foram investidos entre 1996 e 2000, e nos dois últimos anos aproximadamente mais uns 5 bilhões de dólares foram investidos no Paraná.

Para atrair esses investimentos o governo do Lerner se valeu de sua posição estratégica em relação aos países do MERCOSUL, sua infraestrutura (rodovias, ferrovias, porto próximo à capital, aeroporto internacional, telefonia, energia), disponibilidade de mão de obra e qualidade de vida.

Mais talvez o principal motivo que esteja atraindo investimentos para o Paraná seja; as isenções fiscais, linhas de crédito subsidiadas e infra-estrutura privilegiada em obras, energia, recursos hídricos e telecomunicações, aliado à isenção e diluições de impostos municipais e estaduais, como IPTU e ICM. Aqui temos um bom exemplo de como o capital estrangeiro encontra no Brasil uma legislação privilegiada que não coloca restrições e nem regulações, só favorecimento a sua entrada, e não dispõem e nem prevê compensação ao capital nacional aqui instalado.

Dois grupos de indústrias vieram para o Estado. No primeiro grupo estão as montadoras de veículos e, como consequência, as fábricas de autopeças, que estão se estabelecendo nos municípios próximos à capital. No segundo grupo estão as indústrias que garantem a diversificação da produção e se espalharam por várias regiões do Estado, como as fábricas de laticínios, congelados, bebidas, papéis, madeira, refrigerantes, sucos, café, tecidos, embalagens etc.

O modelo

A variante neoliberal no Brasil (assim como na América Latina), consiste de algo diferente dos modelos Japonês, Europeu e Estadunidense. Nos Estados Unidos, o próprio Estado de bem-estar social contou com uma grande rede de empresas privadas, que complementavam os serviços públicos. No Japão, a quase totalidade do

atendimento, dos serviços públicos a população, quanto aos bens sociais, sempre foram feitos por empresas privadas. Em ambos os países, constituem uma tradição, dispor de um conjunto de empresas privadas para atender o público, dos bens sociais no varejo. Na Europa Ocidental, com exceção da Inglaterra, que desenvolveu um modelo semelhante ao dos Estados Unidos, a Alemanha e a Itália apostaram nos serviços cooperativos e os outros países da União Européia, de um modo geral, construíram seu modelo de Estado de bem-estar a partir da ação da social democracia, os bens sociais foram desmercantilizados com uma forte oferta pública e praticamente inexistindo empresas de atuação no setor de varejos. [SODRÉ;1998.]

O Brasil está construindo o seu projeto neoliberal, iniciado no governo Collor e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso, e mantido no governo Lula, dentro de um projeto de construção de um centro dinâmico para a economia brasileira, só que agora num contexto de inter-relação globalizada – parece que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ele não abandonou a sua perspectiva de “autonomia na dependência” –, o que implica na criação de um sistema de financiamento interno (via BNDES e privatizações) que estimularia um conjunto de atividades econômicas voltadas para o varejo e o estímulo a competição em algumas áreas no plano internacional. Os bens sociais no Brasil, mesmo quando oferecidos pelo Estado, o é em estreita parceria com a iniciativa privada nacional e multinacional – os fornecedores são na grande maioria privados (de livros didáticos a remédios) e já ocupam os maiores filões da renda (tanto escolas privadas como hospitais privados).

A Nova Ordem Mundial se sustenta nas velhas desigualdades entre os habitantes, assim como nas velhas distinções entre classes de países. Os caciques da aldeia global são os 23 países desenvolvidos, que concentram nada menos que 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do globo, US \$ 30,5 trilhões, mas onde moram apenas 15% da população: Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, Austrália, Japão e Nova Zelândia. Neste grupo exclusivo, a renda *per capita* média é US \$ 24 mil. Nos outros 162 países, US \$ 1 mil. [ONU: 2002]

"É fácil de constatar as disparidades, basta dar uma volta nas ruas", disse o cientista político e lingüista estadunidense Noam Chomsky, ao visitar em novembro de 1998, pela primeira vez o Brasil. Diariamente, circulam US \$ 3 trilhões nos mercados financeiros mundiais. Diariamente também, um quarto dos habitantes do planeta vai dormir com fome, o que corresponde a cinco vezes a população dos Estados Unidos.

Há cada vez menos barreiras para o percurso do capital. O volume de comércio exterior, base da internacionalização econômica, cresceu em média 5,3% nos quatro

primeiros anos da década de 90, o maior avanço desde o início dos anos 70. Não houve, porém, contrapartida no aumento da riqueza mundial. Ao contrário: a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto nos anos 90 foi a mais baixa da segunda metade do século 20, 1,71% ao ano em média, segundo mostra um estudo do economista Simão Silber, professor de Economia da USP [BENKO, p. 51-71: 1999]. A conclusão é que a intensificação da circulação de mercadorias entre os países, uma marca do globalitarismo, não tem melhorado a vida da maioria das pessoas nem tampouco da maior parte dos países. O capital circula com mais velocidade, mas a quantidade de produtos continua praticamente a mesma, ou seja, maior produção com menos trabalho, logo menos consumo.

Para os países candidatos ao modelo nessa guerra global, reza o manual globalitário que é necessário satisfazer cinco condições:

- Estabilidade da economia com crescimento controlado;
- Modernidade através de reformas eficazes;
- Flexibilidade administrativa, produtiva e trabalhista;
- Privatizações (Estado mínimo);
- Globalização da economia, livre comércio total.

Para a implantação do projeto da nova ordem mundial (o globalitarismo) o Estado nacional – como o conhecemos hoje – deve ser eliminado. A coordenação das políticas macroeconômica passa para os cartéis (megaempresas globais) ou organismos internacionais (FMI/Banco Mundial/OMC). Os serviços públicos devem ser privatizados para se adaptar as estratégias globais. O Estado Mínimo passa a ser então sinônimo de legislação e ainda assim basicamente na área civil, pois as de ordem econômica e trabalhista devem ser padronizadas e flexibilizadas – a formação da União Européia (agora com 25 Estados) expressa claramente esta perspectiva. E também deve se organizar, assumindo total responsabilidade para que os excluídos não perturbem os incluídos, nessa “nova ordem”, garantindo a esses, ordem e segurança que a produtividade/qualidade/racionalidade requerem. Hoje se fala em políticas compensatórias para diminuir os impactos dessa política globalitária excludente e geradora de mais pobreza, fruto dos ajustes estruturais em curso para adaptar as economias locais à lógica da nova dinâmica da economia mundial.

A Formação Sócio-Espacial Paranaense

“O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao

se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator ‘territorializa’ o espaço.” [Raffestin, 1993, p. 143.]

Investimentos externos no Paraná

Levantamento da secretaria de Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico do Paraná (SEID) publicado pelo IPARDES, indicam que em seis anos entre (1995-2000) (tabela-01) o Paraná, recebeu investimentos diretos – instalação de novas unidades ou expansão da capacidade produtiva – da ordem de U\$ 23,5 bilhões. Deste total, 20% são das montadoras em torno de 5 bilhões U\$. Levantamento feito pela Secretaria aponta um crescimento de 191% entre 1990/95. Investimentos feitos no MERCOSUL saltaram de 1.1 para 5,2 Bilhões US \$. O governo paranaense finalizou no início de 1999 a conclusão do anel de integração, também chamado de sistema multimodal, ou seja, integração de aeroportos, portos fluviais, hidrovias, portos marítimos, rodovias e ferrovia, sendo que a Ferroeste é uma das poucas ferrovias transversais existente no país, que é parte de uma estratégia que almeja permitir a ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Outro fator geoestratégico é a chegada de um ramal do gasoduto Brasil/Bolívia, ao Paraná, o que poderá favorecer a criação de um pólo de alta tecnologia em Campo Largo, amplamente divulgado pelo governo, o que vai permitir a construção de um pólo de supercondutores de cerâmica.

Tabela-01 – Investimentos no Paraná 1995-2000

Investimentos no Paraná 1995-2000	
Setor	Valor milhões de US \$
Serviços públicos	7.007,60
Transporte e armazenagem	4.757,80
Mercado Financeiro	3.567,00
Autopeças e montadoras	3.104,40
Metalurgia/Têxtil/Bebidas	1.395,95
Madeira/Móveis/Papel	1.150,00
Alimentos	936,30
Petroquímica/Construção	573,60
Eletroeletrônica/informática	431,50
Outras	229,20
Total Geral	23.153,35

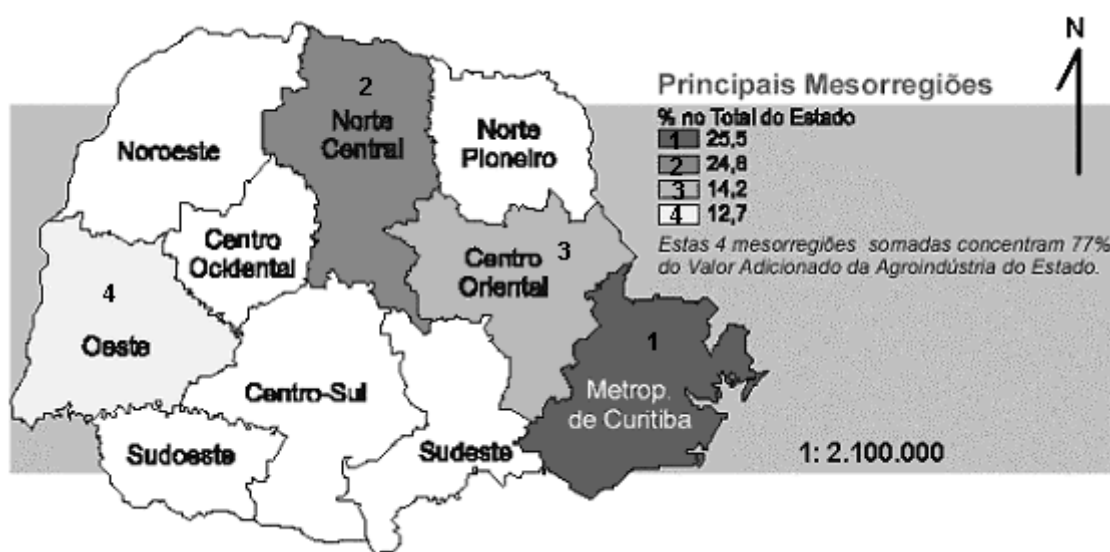
Fonte: IPARDES, IBGE e Gazeta Mercantil, 2002.

Concentração dos investimentos na RMC

Análise Conjuntural do IPARDES [IPARDES, Volume 18, p. 09-17:1996] comprovou com dados reais, que 70% dos investimentos feitos no Paraná ficam na Grande Curitiba.

Dos investimentos listados pelo IPARDES, o maior é na área metal-mecânica com 3,649 bilhões \$ US, e na área de material de transportes, com 3,029 bilhões \$ US. Já na área de material de transportes o investimento foi de 100% da RMC, conforme o estudo, e o metal-mecânica mais de 90% também na RMC. Já o investimento agro-industrial, de quase 1 bilhões \$ US (para ser exato \$ 987,3 milhões), se dirigiu ao interior do Estado. Nesse caso, urge não esquecer que no eixo Curitiba/Ponta Grossa está o maior parque das indústrias de beneficiamento de oleaginosas da América Latina. Há um adicional nesse quadro, que alcança 4,753 bilhões \$ US, que trata de inversões privadas diretamente ligadas à produção. Esses totais excluem programações de investimentos em infra-estrutura de energia elétrica, telecomunicações, transportes e distribuição de petróleo que no conjunto superam 4 bilhões \$ US. Ficaram de fora também algumas intenções de investimento de longo prazo manifestadas pela Renault, Klabin e Electrolux, totalizando quase 1 bilhões \$ US. Somando tudo, chegam-se os 12 bilhões \$ US, que, segundo o ex-governador Jaime Lerner, deveriam gerar 180 mil empregos. O quadro a que nos referimos é do setor industrial porque a expressão da agricultura e do extrativismo (setor primário) é de pouco significado no conjunto metropolitano e zerada em Curitiba, mas devido ao mercado consumidor a agroindústria tem um peso significativo como podemos observar. Entre 1990 e 2000 ocorre redução no número de estabelecimentos agroindustriais (de 3.470 para 3.015) e crescimento do emprego (de 70.743 para 89.232).

Figura-01 – Valor Adicionado na Agroindústria Paranaense – 2000.



Fonte: IBGE e IPARDES, 2003.

Por sua vez, dada a importância do agronegócio na estrutura industrial paranaense, cabe particularizar a dinâmica recente desse segmento, cuja posição competitiva já não se define por sua base agropecuária e de recursos naturais, tendendo fundamentalmente a uma mudança qualitativa no padrão de sua industrialização, centrada em alimentos sob a forma de bens de consumo final (iogurtes e derivados do leite, por exemplo). Esta estratégia já vem sendo adotada pelas cooperativas e pelas grandes empresas agroindustriais do Estado.

Tabela-02 – INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO - PARANÁ - 1992/96-2001

INDICADORES	1992 (%)	1996 (%)	2001 (%)
Taxa de atividade	65,5	63,8	64,5
Taxa de desemprego	5,7	5,9	8,3
Taxa de formalização	34,6	36,4	38,3
Participação feminina na ocupação	38,4	39,1	41,2
Participação feminina no desemprego	44,4	49,7	51,0
Participação de crianças e jovens na ocupação	13,3	10,8	7,1
Participação de crianças e jovens no desemprego	28,2	23,3	17,6

FONTE: IBGE/PNAD e IPARDES 2003.

Tabela-03 – DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO - PARANÁ – 1992/96-2001

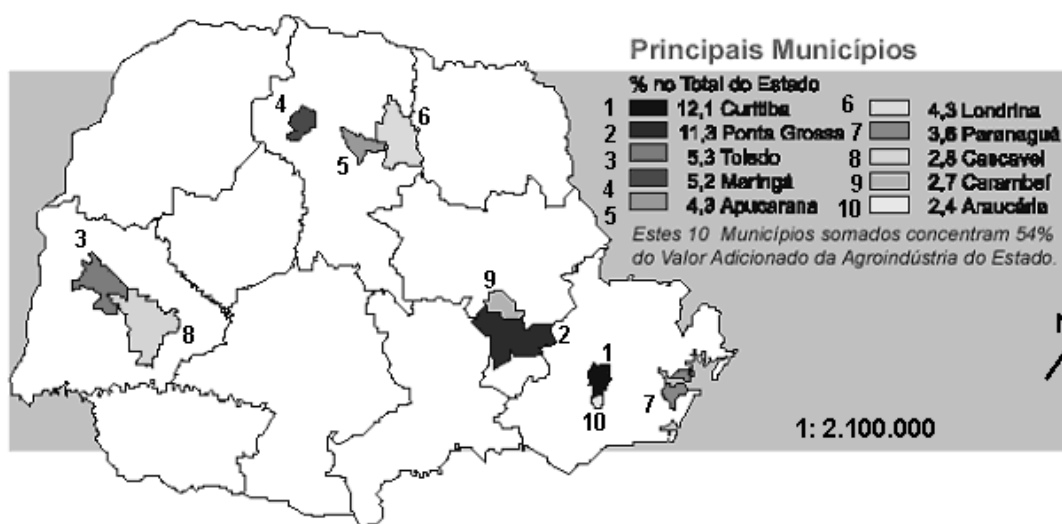
SETOR DE ATIVIDADE	1992 (%)	1996 (%)	2001 (%)
Agrícola	35,5	28,8	24,0
Indústria de transformação	11,0	11,9	12,1
Indústria da construção	6,0	6,3	6,6
Outras atividades industriais	0,9	0,8	0,9
Comércio de mercadorias	12,3	13,4	14,1
Prestação de serviços	16,1	17,6	18,8
Serviços auxiliares da atividade econômica	2,6	3,4	4,7
Transporte e comunicação	3,5	3,5	4,0
Social	6,5	8,6	9,1
Administração pública	3,9	3,9	4,2
Outras atividades, ativ. mal definidas ou não declaradas	1,7	1,7	1,4

FONTE: IBGE/PNAD e IPARDES 2003.

Analisando alguns indicadores dos agrupamentos agroindustriais, observa-se que para os agrupamentos considerados, embora em termos de Valor Adicionados estes apresentem, na década de 90, crescimento de 10,9%, reduzem sua participação no Valor Adicionado (VA) da indústria de transformação do Estado, passando de 25,6%

para 17,5% entre 1990 e 2000. Contudo, tal como no VA, ambas as variáveis perdem participação relativa no total da indústria, com o número de funcionários passando de 26,5% para 24,8%, e o número de estabelecimentos variando de 22,5% para 19,6%. Os principais segmentos empregadores correspondem aos de Abate e Processamento de Carnes, que se distinguem por elevado crescimento no período, e aos Sucroalcooleiro e Panificação e Pastifício, que mantêm elevadas as suas participações. Inversamente, a agroindústria de beneficiamento de café, mate, grãos e fibras reduzem drasticamente sua participação em termos de emprego e de estabelecimentos.

Figura-02 – Valor Adicionado na Agroindústria Paranaense – 2000.



Fonte: IBGE e IPARDES, 2002.

No âmbito dessa relativa diversidade agroindustrial várias regiões do Estado se particularizam por especialidades diferenciadas e quase sempre com a nítida dominância regional de uma determinada atividade, conformando eixos estruturantes da realidade socioeconômica.

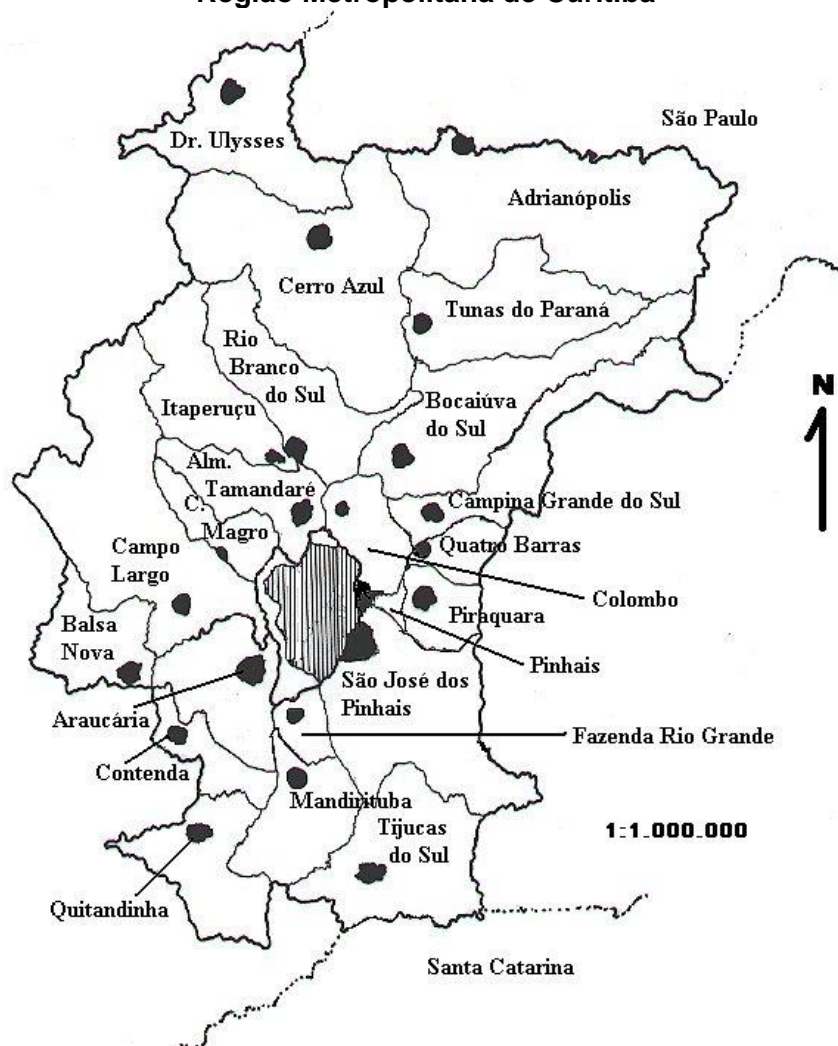
Tabela 4 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA PESSOAS OCUPADAS NO PARANÁ – 1995/2001

ANO	<=1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM
1995	100	100	100	100	100
1996	83,63	99,56	115,58	104,97	114,69
1997	93,40	100,92	125,18	101,30	101,75
1998	94,75	105,52	124,77	104,12	96,35
1999	90,79	116,09	101,66	100,59	102,36
2001	116,27	129,25	108,14	86,80	79,72

FONTE: IBGE/PNAD e Vaz e Carleial (2003, p.29).

No entanto, considerando a distribuição espacial da produção, em 2000, quatro mesorregiões concentravam 77% dessa atividade, sendo dez municípios responsáveis por 54% do VA agroindustrial do Estado. As cinco primeiras posições ficam para os municípios de Curitiba (12,1), Ponta Grossa (11,3), Toledo (5,3), Maringá (5,2) e Apucarana e Londrina, apresentando a mesma participação (4,3). Seguem os municípios de Paranaguá (3,6), Cascavel (2,8), Carambeí (2,7) e Araucária (2,4) (figura 3.2). Junte-se a isso o potencial do setor terciário (comércio, transportes, serviços), que são mais agregadores ainda de capital e trabalho e teremos idéia ainda mais forte do desequilíbrio.

Região Metropolitana de Curitiba



Fonte: IAP/SEMA 1998.

O Paraná só será uma unidade integrada e forte se houver não apenas distribuição mais equilibrada desses investimentos, mas uma ação mais coordenada pela difusão do bem-estar.

Reproduzir o modelo paulista, não provará racionalidade e inteligência de nossa parte e muito menos confirmará a expectativa de alguns poucos informados com a proclamada criatividade do nosso ex-governador. O Paraná talvez ganhe, no entanto, num aspecto; o de superar em sua economia a condição de complementaridade da paulista.

Recentemente [IPARDES, p. 3-12: 2002] saiu uma publicação sobre o PIB (Produto Interno Bruto) estadual e que reafirma a concentração da economia na Grande Curitiba: 22% do total do PIB paranaense estão justamente concentrados na RMC. Antes houve aquela outra revelação, num estudo da revista Exame sobre potencial de consumo: a capital paranaense detinha 24% de tudo, o que se consumia no sul do país, isso torna a situação mais perversa, já que em Santa Catarina, Joinville saía à frente com 9%, seguido de Florianópolis com 8%, o que indica uma irradiação mais distributiva. Também à distância entre Curitiba e Londrina era maior do que a estabelecida entre Porto Alegre e Caxias do Sul: a ex-capital do café aparecia com 5%.

A partilha do ICMS, em que a Grande Curitiba aparece com quase dois terços. Não é para espantar, já que os fatores locacionais, que pesam hoje na escolha das montadoras, são visíveis no agregado da Cidade Industrial acoplada ao distrito fabril de Araucária, onde opera ainda o pólo petroquímico. Araucária e São José dos Pinhais ficam com uma parte ponderável das rendas públicas.

Retornamos a análise dos estudos do IPARDES sobre o “Perfil dos Investimentos Industriais no Paraná”. Há três gêneros em que o interior sobrepuja a Região Metropolitana: a agroindústria (80,48% contra 19,52%), madeira/mobiliário (90,48%) e bebidas (75,68%). Há um equilibrado, levemente beneficiando o interior: produtos de matérias plásticas (51,72% dos investimentos). Há os de 100% na RMC como minerais não metálicos, material de transportes, perfumaria e gráfica. Interpretando os demais: material elétrico e de comunicações (96,75% na RMC), mecânica (95,38%), metalurgia (88,89%), química (86,25%).

O IBGE, com a sua neutralidade numérica vem mostrando que estamos na véspera do caos com um cinturão de miséria envolvendo cada uma das cidades da região metropolitana de Curitiba.

O ponto relevante é que, nos últimos anos, o capital industrial ganhou enorme mobilidade. Com os níveis de automação atuais, é possível transferir fábricas de um ponto a outro do país e do mundo em um piscar de olhos. Se um Estado atrai determinada empresa com incentivos fiscais, no momento em que cessarem os

incentivos, ou Estados competidores igualarem as condições oferecidas, a empresa simplesmente abandonará o Estado inicial, como aconteceu no caso da FORD no Rio Grande do Sul, que transferiu para a Bahia.

Essa pesquisa de pós-graduação pretende ser uma fonte de consulta para pesquisadores em geografia econômica, além de compreender a gênese e a evolução das principais agroindústrias paranaenses atuantes no sistema produtivo paranaense e os principais ramos industriais paranaenses originados dos incentivos fiscais e financeiros na era neoliberal. Buscamos ainda identificar a origem dos capitais e as formas de inversões realizadas. De posse desses dados queremos cruzar com a evolução social e a expansão de empregos e renda, na busca de uma razão que justifique os elevados esforços financeiros e de infraestrutura despendidos pelo Estado em detrimento a outras áreas sociais e produtivas.

Referências:

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.
- BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton et. all (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 51-71.
- CORDIOLLI, Marcos. O Estado de bem-estar e os neoliberais. São Paulo: PUC/SP, 1996.
- CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHOMSKY, Noam. Os Caminhos do Poder. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- CROCETTI, Zeno S. Globalização, tecnologia, neoliberalismo e poder. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 02, p. 31-39. Editora: Letra das Artes, 1997.
- IPARDES. O Paraná Reinventado: política e governo. Curitiba, 1989.
- IPARDES. Avaliação de impacto socioeconômico do subcomponente manejo e conservação dos recursos naturais – 1ª fase. Curitiba, 2001. 2 v.
- IPARDES. Comunidades rurais pobres: avaliação de impacto socioeconômico – 1.ª etapa. Curitiba, 2001. 245 p.
- IPARDES. Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná – 1985/2000. Curitiba, 2002.
- IPARDES. Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional. Curitiba, 2003. 1 CD-ROM.
- IPARDES. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) 2000: anotações sobre o desempenho do Paraná. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2003.
- LOURENÇO, Gilmar. Atração de empresas e concentração industrial no Paraná. Análise Conjuntural, v. 18, n.11-12, p.3, nov./dez.1996.
- MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e “Globalização”: As origens da Internacionalização Mundial. In: SOUZA, Álvaro José de et. all (org.). Milton Santos Cidadania e Globalização. Bauru: Saraiva, 2000. p. 95-100.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993, 269p.
- SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, M. all (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 15-20.
- SODRÉ, Nelson W.. A Farsa do Neoliberalismo. 5ª edição. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- VAZ, A. ; CARLEIAL, L. Mercado de trabalho na Região Sul: uma análise da década de noventa. Curitiba: UFPR, 2003. no prelo.